

A aquisição de terras por brasileiros no Paraguai e a migração de retorno de pequenos proprietários de terras

Vanucia Gnoatto

Universidade de Passo Fundo (UPF)
Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil
vanuciagnoatto@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa discutir sobre a busca pela propriedade da terra por brasileiros no Paraguai e seus desdobramentos até a migração de retorno de pequenos agricultores. Trata-se de um estudo de história oral, com base em entrevistas realizadas de julho de 2018 a janeiro de 2019, em distritos do Departamento de Alto Paraná, no caso Santa Rita, Naranjal e San Alberto, e municípios paranaenses fronteiriços, no caso Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Missal. Nesse sentido, dividimos nosso trabalho em três seções. Em um primeiro momento, tratamos da busca pela propriedade da terra entre migrantes sulistas. Em seguida, abordamos um pouco do trabalho nessas propriedades nos primeiros tempos no Paraguai. Por fim, na terceira seção, refletimos sobre os fatores que influenciaram na migração de retorno. Conclui-se que havia, entre estes imigrantes, um elemento geracional e cultural que fazia com que buscassem obter a propriedade de terras para o cultivo. Além disso, se na emigração ao Paraguai, o contexto brasileiro tornava difícil a aquisição de terras pelos altos custos, devido à modernização no campo e ao atrativo investimento em áreas agricultáveis na região Leste no Paraguai; em poucas décadas, o processo de modernização e posterior agronegócio, pelos altos custos de investimentos, dificultará a permanência no campo de pequenos agricultores.

Palavras-chave: Paraguai; Propriedade da terra; Imigrantes.

*“Brasil rico e nobre,
Paraguai simples e pobre!
Brasil está faltando terras,
Paraguai tem de sobra”
(Ana, San Alberto, 2018).*

*“Como hoje, aqui no Paraguai,
tá um Paraná da vida, não tem o
que tirar!”
(Heitor, San Alberto, 2018).*

Introdução

O presente artigo¹ visa discutir a busca pela propriedade da terra por brasileiros no Paraguai e seus desdobramentos até a migração de retorno. O estudo faz parte de nossa pesquisa de Mestrado em História². O recorte temporal contempla sujeitos que emigraram ao país vizinho entre as décadas de 1970 a 1980 e que retornaram até 2010.

Metodologicamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, procurando reconstituir a trajetória de vida e migratória dos entrevistados, onde podemos observar e compreender com mais detalhes questões relacionadas às propriedades de terras e atividades nelas desenvolvidas em cada caso. As entrevistas foram realizadas em trabalho de campo para a dissertação, em distritos (municípios) do departamento (estado) de Alto Paraná, no caso, Santa Rita, Naranjal e San Alberto, além de municípios fronteiriços paranaenses, como Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Missal. O método adotado é o da História Oral. Segundo Portelli (2016, p. 16) a história oral “diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro”. O que para Santos (2020, p. 92) “é uma junção entre o micro do sujeito, sua experiência; e o histórico, o contexto”.

Para abordar com mais profundidade o tema de estudo utilizamos elementos das modalidades de História oral de vida e temática, com maior ênfase para esta última modalidade. Quanto a estas práticas, Meihy e Seawright (2020, p. 66) afirmam que a história oral de vida se trata “de construção de conhecimento sobre uma pessoa ou grupo de outra natureza”. Assim, “mais do que a estabilidade do fato histórico, na história oral de vida estima-se a experiência como valorização dos filtros subjetivos, das impressões pessoais”. Já a história temática surge como “a forma que mais se presta às análises que confrontam opiniões ou vistas diferentes de um mesmo ponto ou assunto” (Meihy; Seawright, 2020, p. 69).

O perfil dos/as entrevistados/as³ é constituído por dez imigrantes, sendo sete ainda residentes no Paraguai e três migrantes retornados/as. A amostragem contempla três mulheres e sete homens, sendo que quatro se encontram ainda na atividade agrícola,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), conforme Portaria no. 206 de 04 de setembro de 2018.

² O estudo que aqui apresentamos é desdobramento da dissertação, mais especificamente do subcapítulo: 2.4 A propriedade da terra: ser proprietário de terras como o meu pai. E da seção: 2.4.1 Primeiros plantios agrícolas em terras paraguaias. Dissertação que não foi publicada.

³ Mesmo tendo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o nº 2.784.097. Optamos por utilizar nomes fictícios para os entrevistados a fim de proteger as nossas fontes.

e os demais estão em outras atividades ou vivem do arrendamento das terras e aposentadoria. Todos são descendentes de imigrantes europeus, tanto italianos como alemães que, ao longo da história familiar, já traziam a experiência da busca pela propriedade da terra. A grande maioria realizou várias migrações no interior do país de origem antes de emigrar ao Paraguai, também motivada pela busca de áreas agricultáveis, sendo o estado do Rio Grande do Sul a origem da maioria dos entrevistados e, na sequência, o Paraná e Santa Catarina. Ainda, a grande maioria emigrou adulto, com os familiares, adquirindo terras próprias ou recebendo lotes como herança.

Com relação a migração, para Sayad (1998, p. 16) esta possui consequências tanto no país de destino como no de origem que necessitam ser consideradas, pois a migração é entendida como um “fato social completo”. Além disso, para o autor: “a estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem [...], estando subordinada a sua condição de imigrante” (Sayad, 1998, p. 55). Nesse sentido, de acordo com Santos (2020, p. 25) “a presença do imigrante é tolerada porque sua força de trabalho é vista como necessária na sociedade que o acolheu”. No caso específico de nosso estudo, o trabalho está ligado à terra.

O elemento da propriedade da terra perpassa esses relatos discutidos nas três seções deste estudo. Ser ou continuar sendo proprietário de terras motivava a migração. Dentro dos diferentes contextos históricos dos dois países, que possuem uma relação que remonta ao século XIX, a terra adquiriu um alto valor comercial, tornando seu acesso restrito apenas a um pequeno grupo mais capitalizado. Além disso, o processo de modernização agrícola e o agronegócio foram os grandes responsáveis pelas migrações destes brasileiros.

Na primeira seção, contextualiza-se brevemente a emigração e a busca pela propriedade da terra no Paraguai. Na segunda seção, é estudado o desdobramento da presença brasileira no campo. Já na terceira seção, é abordada brevemente a migração de retorno, apontando elementos que levaram à saída do campo de pequenos proprietários de terras.

Ser ou continuar sendo proprietário de terras no Paraguai

A possibilidade de ser proprietário de terras no Paraguai, adquirindo terras favoráveis para o plantio e por um preço acessível, motivou muitos brasileiros, trabalhadores do meio rural, a emigrarem além das fronteiras nacionais. Para muitos, a primeira propriedade adquirida por estes foi no país vizinho.

Antes disso, ao analisarmos a imigração de europeus ao Brasil⁴, do qual muitos destes imigrantes que foram ao Paraguai descendem, percebemos como a busca pela propriedade da terra era fator determinante para a emigração. A propriedade da terra era muito importante para o imigrante. “Terra, nesse sentido, significava liberdade, possibilidade de ascensão social e econômica. A ligação do imigrante com a terra era indiscutível” (Neumann, 2008, p. 128). Entre os imigrantes descendentes de europeus, tanto nas migrações no Brasil quanto para o Paraguai, percebe-se uma ânsia em serem proprietários de terras. Esse desejo, muitas vezes, levava os agricultores a desapegarem da casa paterna ou de outras propriedades e buscarem mais terras. Por vezes, se tinham um lote, queriam dois ou três.

No Paraguai, de acordo com Wesz (2020) a dinâmica de aquisição de terras por estrangeiros é histórica. Com base em estudo de Iza Pereira (2019), o autor aponta três grandes momentos marcados pelo “controle e estrangeirização de terras”. O primeiro período aconteceu no pós Guerra da Tríplice Aliança (1864-1879), quando se implantou a propriedade privada e se aprovou a venda de terras públicas. O segundo com Alfredo Stroessner (1954-1989), quando o processo de compra de terras tornou-se mais fácil para aqueles que tinham influências militares e empresariais. O terceiro, no século XXI, está marcado “pela consolidação do agronegócio no regime de acumulação financeirizado” (Wesz, 2020, p. 93).

Entre os nossos entrevistados que emigram ao Paraguai é perceptível as trajetórias migratórias visando a aquisição de terras. Aspecto também constatado por Wesz (2020, p. 98) que identifica em seus estudos com estes imigrantes que o movimento

⁴ Conforme Santos (2020, p. 60), “grupos de imigrantes vieram para o Brasil em diversas temporalidades”. Com base em Bassanezi (1995) para o autor os períodos de imigração podem ser divididos em quatro. O primeiro, subsidiado por governo e fazendeiros, aconteceu até 1906, conduzindo imigrantes às fazendas de café e colônias do Sul. Já o segundo, entre 1906 e 1914 (início da primeira guerra mundial). O terceiro, desde o fim da primeira guerra até o fim do Estado Novo, em 1946. E o quarto período, que vai do segundo pós-guerra até a atualidade. Quando a este último período, objeto de estudo do autor, o objetivo das políticas migratórias estava focado no encaminhamento destes imigrantes para “práticas industriais e agrícolas” (Santos, 2020, p. 67).

migratório era recorrente, “geralmente uma parte da família migra a cada nova geração” em busca de terras. Nas trajetórias migratórias, que se apresentam

[...] como processos históricos de média duração, fica evidente tratar-se de uma característica cultural, pois para esses sujeitos não havia um apego sentimental a um espaço, à sua “casa paterna”, mas sim à propriedade da terra, e sempre que possível ou necessário se desfaziam de sua propriedade, e tornavam a migrar (Gnoatto; Neumann, 2017, p. 79).

O caso de Pedro mostra constantes migrações em busca de terras e o quanto era vantajosa a aquisição de áreas de cultivo no Paraguai. Este era natural de Cândido Godói, RS, e migrou com os pais e oito irmãos, em 1965, para Missal, PR. Após casar-se, migrou para São Miguel do Iguaçu, PR, onde adquiriu três alqueires de terras, permanecendo ali cinco anos com a família. Posteriormente, emigrou com a família para Santa Rosa del Monday, em 1980. Para essa emigração, vendeu três alqueires de terras e acabou adquirindo 20 alqueires. Com isso, sua propriedade tornou-se muito maior.

Adelino, em Missal, PR, possuía sete alqueires de terras. Em 1977, pela influência da emigração dos irmãos ao Paraguai e oferta de áreas melhores para o cultivo, decidiu vender sua propriedade e, pelo mesmo valor, conseguiu adquirir 20 alqueires, em Santa Rita, PY. Assim, com o valor da propriedade no Paraná obteve o triplo no Paraguai, passando a residir próximo aos seus irmãos. Antes disso, no ano de 1975, o seu pai havia adquirido três colônias⁵ para três de seus filhos, sendo uma para cada um.

Já Gilmar, diante das dificuldades em comprar terras no Paraná e por insistência dos pais da esposa, decidiu obter terras na localidade de Gleba 10, Mbaracayu e emigrar ao Paraguai. Quanto à decisão:

Para nós, ou que seja, para mim, era tudo novidade. Era o que a gente mais queria na vida, progredir na vida [...]. Tínhamos sonhos, sonhos em conseguir algo próprio, algo para a gente ter, e aos pouquinhos, fomos conseguindo [...]. E se via que era muito bom aqui, as terras eram muito baratas, as terras custavam G 900.000 [900 mil guaranis paraguaios]. Uma colônia de terra naquela época, hoje é uma fortuna que vale por dez alqueires ou por vinte e cinco hectares. E ali foi onde a gente progrediu um pouco, já se ampliou, comprando mais e depois vendendo e comprando em outros lugares (Gilmar, San Alberto, 28 jul. 2018).

Em sua fala, o entrevistado traz presente o desejo de muitos imigrantes brasileiros ao adentrarem no Paraguai, que era o de serem proprietários de terras ou, como o mesmo expressa, “conseguir algo próprio”, o que os jovens casais buscaram quando emigravam ao país vizinho. Nesse sentido, a memória deste sobre sua experiência

⁵ Uma das colônias, de respectivamente 24,2 hectares, foi comprada por G 600.000 (600 mil guaranis paraguaios, o que correspondia em reis a R\$ 410, 30 – quatrocentos e dez reais e trinta centavos –, na data de 28/05/2024).

migratória junta-se à memória de muitos sobre esse contexto histórico aqui analisado (Portelli, 2016).

Outro elemento de sua narrativa é a possibilidade que este teve de adquirir, vender, comprar mais terras, o que não aconteceria se estivesse residindo no Brasil naquele período. Conforme Wesz (2020), a ida ao Paraguai era atrativa para os agricultores brasileiros devido ao baixo valor da terra, pela fertilidade do solo, presença de recursos naturais, por ser próximo a região de origem destes, por não haver impostos para a produção agrícola, pela pouca burocracia para acessar à terra, presença de familiares e/ou conhecidos na região e possibilidade de financiar a aquisição de área.

O país vizinho oferecia terras para os brasileiros, o que era muito custoso e escasso residindo no Brasil durante o regime militar. É importante ter presente o contexto histórico, tanto do Brasil quanto do Paraguai, ambos em regimes ditatoriais, que levou à expulsão de um país e atração por outro.

No primeiro país, marcado por uma grande concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, o processo de fracionamento de pequenas propriedades com grande quantidade de membros e o avanço do processo de modernização agrícola inviabilizavam a permanência no campo e tornavam cada vez mais caras as áreas disponíveis para cultivos (Sales, 1996; Silva, 2007).

O processo de modernização agrícola, de caráter conservador (Graziano, 2002) nas décadas de 1960 e 1970, nos estados do Sul, mostrou as contradições próprias do sistema capitalista, onde havia uma seletividade baseada nas condições financeiras que ocasionou a expulsão de muitos e a atração para novas fronteiras agrícolas. Silva (2007) aponta que acima dos problemas de sucessão familiar e da pressão demográfica, está o perfil seletivo da moderna agricultura, que fez com que os imigrantes buscassem novas fronteiras agrícolas como o Paraguai. Entretanto, essa mesma situação acabou se reproduzindo de forma ainda mais rápida no Paraguai, acentuada “pelo processo de diferenciação socioeconômica que precocemente se instaurou na nova comunidade” (Silva, 2007, p. 14).

Já no segundo país, a geopolítica de aproximação com o seu vizinho, a partir da segunda metade do século XX, expressa em acordos e obras como a Usina Hidroelétrica ITAIPU (Albuquerque, 2005), e a política interna que visava a modernização agrícola da região Leste, possibilitaram a abertura das fronteiras para imigrantes brasileiros dispostos a adquirirem terras baratas. Para Palau e Heikel (2016), os elementos que fomentaram as políticas públicas de povoamento, de ordem geopolítica, buscavam, além

da modernização, ocupar os espaços “virgens”, reduzir tensões, devido às formas de trabalho compulsório presente na região e diminuir a falta de terras.

Entre os imigrantes brasileiros, havia uma “fome” por terra. Ana, em sua fala, relata essa busca por áreas agricultáveis em uma frase que ouviu de um vendedor de terras, no distrito de Hernandaria, PY.

“- Brasil rico e nobre, Paraguai simples e pobre! Brasil está faltando terras, Paraguai tem de sobra!” Então, ele quis dizer que nós migrávamos para cá, porque para nós não tinha. Não tinha para nós mesmos, fosse nós trabalharmos para comprarmos um pedaço de terra, não conseguíamos. E aqui nós conseguimos. E aí fomos trabalhando, trabalhando (Ana, San Alberto, 28 jul. 2018).

O maior número de imigrantes partiu do estado do Paraná ao Paraguai, mostrando “o lado expansionista e também perverso da modernização da agricultura difundido, concreta e abstratamente, sob a égide do projeto econômico e político do governo militar” (Baller; Mondardo, 2019, p. 55). Ainda, no caso do Paraná, é importante ter presente a perda da propriedade da terra, sendo que muitos foram afetados pela construção do Lago internacional da Usina Hidrelétrica da Itaipu, que acabou provocando a emigração e a busca de terra por uma parcela de agricultores no Paraguai (Zaar, 2001).

Diante da escassez de terras no Rio Grande do Sul, as oportunidades de crescer e ascender economicamente se tornavam mais difíceis. Essa constatação levou brasileiros a investirem nas oportunidades existentes no Paraguai, que surgiam, para estes agricultores, como uma esperança de conseguirem ter uma vida melhor. A fala da entrevistada apresenta essas duas realidades:

Naquela época, há 40 anos, era mais difícil para o colono conseguir uma terra lá no Sul. Se nós fôssemos casar, o pai dele poderia comprar terra para nós, alguns hectares [lá], só que a gente via que não tinha progresso, se via que ficava nisso. E aqui no Paraguai, tu via que tinha a possibilidade de crescer, de ter uma vida melhor, de ter algo para os nossos filhos (Ivete, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Além disso, a facilidade na compra de áreas para cultivo bastante férteis e baratas, motivou a migração de sulistas, que constituíram, a princípio:

[...] pequenas, médias e grandes propriedades. É importante ressaltar que nessa mobilidade gaúcha para o Paraguai deslocaram-se sujeitos de variadas classes sociais, de fazendeiros a sem-terras. Esses últimos já sofriam o processo de desterritorialização no Sul do Brasil e migravam em busca de terras para a sua reprodução enquanto camponeses/agricultores familiares (Baller; Mondardo, 2019, p. 56).

Nesse sentido, é importante ressaltar esta predisposição própria destes imigrantes a empreender constantes processos migratórios visando manter uma tradição familiar voltada à atividade agrícola e à propriedade de terras. A possibilidade de ser ou seguir sendo proprietário de terras, naquele contexto em que havia pouca oferta de terras e, conseqüentemente, um alto valor comercial para as terras disponíveis, era restrita às novas fronteiras agrícolas, como o Leste do Paraguai.

Após a aquisição de áreas possíveis para a prática agrícola além fronteira, estes fixaram-se e desenvolveram atividades agrícolas, reproduzindo no lugar de destino, modos de trabalho do lugar deixado, conforme se verifica na sequência.

O trabalho na propriedade da terra no Paraguai

O início do preparo da terra seguiu o mesmo processo das colônias constituídas nos estados da região Sul. Após a derrubada das árvores maiores, era necessário realizar a destoca. Quando a família não possuía condições financeiras de realizá-la por meio de máquinas maiores, como trator esteira, fazia o roçado e queimava, possibilitando os primeiros plantios. Quanto ao preparo das terras, Ivoni lembrou as dificuldades encontradas pela família na abertura de terras e do trabalho coletivo que envolvia todos os membros da família.

Me lembro como se fosse hoje: o pai chegava e falava assim: “Hoje nós vamos ter que fazer destoca”. Nós íamos, cavocávamos ao redor dos tocos, achávamos as raízes e o pai cortava com a motosserra, e nós fazíamos uma alavanca com um quadrado, com caibro. Nos pendurávamos naquele quadrado, para arrancarmos aquele toco, para podermos depois trabalhar. Daí o pai pegou um trator, pagou um cara para passar a grade no meio dos tocos, para não precisar carpir tanto, e daí matava o inço. Para a gente ficava mais fácil e plantávamos tudo nas maquininhas (Ivoni, Santa Terezinha de Itaipu, 14 jan. 2019).

A entrevistada descreveu em detalhes os desafios encontrados para a abertura das terras e plantio, mostrando ter uma memória precisa sobre o período. O trabalho em família, característico desses imigrantes e mantido ainda hoje, possibilitou o enfrentamento das dificuldades iniciais e sua permanência em terras paraguaias, assim como a manutenção do modelo de cultivo da terra.

A destoca, ou desmatamento desenfreado, que se deu, em grande parte, nos departamentos de colonização, era realizada por máquinas, como o trator esteira, ou por toda a família com o que possuíam de maquinários e instrumentos. Esta era uma das primeiras atividades realizadas nas áreas em mato adquiridas. A destoca, que tinha um

custo elevado, por vezes, custava mais caro que a propriedade adquirida. Para o entrevistado, “a mecanização de um alqueire [era] quase o valor de uma colônia de terra” (Adelino, Santa Rita, 10 dez. 2019).

Em pouco tempo, extensas regiões de mata tornaram-se extensas áreas de lavoura. A prática é criticada pela professora paraguaia Feliú (2017), que aponta a agressão sem piedade dos imigrantes brasileiros, mas também a ambição sem medida de alguns paraguaios que venderam sem remorsos e por pouco dinheiro, a fauna, a flora, a terra e até a nacionalidade. Entre estes vendedores, encontram-se militares stronistas⁶ contemplados com terras durante o regime.

Ao emigrar ao Paraguai, por vezes, quando as condições financeiras da família permitiam, eram adquiridas terras para si e a cada um dos filhos. Além disso, eram levadas para as novas terras maquinários, animais e mantimentos necessários para os primeiros tempos, procurando reproduzir ali as velhas práticas desenvolvidas anteriormente na antiga propriedade.

Os agricultores tradicionais, que eu conheço [de] lá, vieram com a junta de boi no Paraguai, com as vacas, com galinha, ramas de mandioca. Assentaram na terra. Tinham de oito a dez filhos, comprou de oito a dez⁷ colônias de terras, exatamente uma para cada filho, e uma, duas para os velhos. Seguiram o modelo igual ao do Rio Grande do Sul, quando vieram das *colônias velhas* (Jacó, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

Na aquisição de terras, tinha-se o cuidado de comprar áreas próximas para os filhos, que, em uma parcela dos casos, já haviam contraído matrimônio, visando o auxílio nos trabalhos de toda a família, agora ampliada. Porém, no caso de Plínio, devido às questões relacionadas à titulação de terras, isso foi possível somente por um tempo.

No começo [foi] difícil, só matos, muita despesa, colheita falha, e já enfrentando assédio de sem-terra, que graças à persistência das autoridades paraguaias nos ajudando, resolveram essa questão. Surgiram outros problemas de sobreposição de títulos e tivemos que repartir e cada um da família [irmãos] foi para outras comunidades (Plínio, Santa Rita, 17 jan. 2019).

Ainda, é importante ter presente a realidade problemática do Paraguai quanto à questão da distribuição de terras e regularidade dos títulos de propriedade.

⁶ O termo "militares stronistas" refere-se aos militares que apoiaram e participaram do regime ditatorial de Alfredo Stroessner no Paraguai, que durou 35 anos, de 1954 a 1989.

⁷ Um alqueire no Paraguai equivale a aproximadamente 2,42 hectares, pois há uma diferença na metragem. Uma colônia equivale a dez alqueires, ou seja, aproximadamente 24,2 hectares. No caso acima, de oito a dez colônias, teríamos respectivamente, aproximadamente, 193,6 hectares e 242 hectares.

[...] áreas são transformadas em projetos de colonização privados, com sócios egressos dos círculos militares paraguaios e com o apoio do IBR, o que não impede, e muitas vezes contribuem, para que tenha graves problemas de legalização às terras então compradas por milhares de pequenos proprietários brasileiros, a partir principalmente dos anos 1970 (Sprandel, 1992, p. 28).

Com a modernização, foram adentrando outras culturas agrícolas como a soja. Os primeiros plantios de soja, para os colonos, em alguns casos, não atingiram um resultado esperado, prejudicando a manutenção das famílias no campo, que dependia unicamente da venda da sua produção. Na década de 1980, quando Adelino realizava os primeiros plantios em suas terras, deparava-se com algumas dificuldades:

Nós tínhamos uma soja que era coisa mais linda! Daí na colheita, começou a chover, apodreceu quase tudo na roça e a gente só dependia daquele pouquinho da soja, que já não tinha muito preço, não valia. Falávamos: “Vamos cortar, amanhã, depois sai o sol”. Nós cortávamos a soja e deixávamos em cima das árvores, em cima dos galhos, nas árvores, para não pegar umidade, e no outro dia, saía o sol, daí víamos a soja para secar do outro lado também. No outro dia, choveu de novo em cima. No fim, trilhámos um tanto de soja e levamos em casa num galpão. Estavam falando que tinha um comprador que comprava essa soja meio ruim, meio podre, por 6 mil guaranis. Ele veio aqui em casa, ele queria comprar e queria pagar 5 [mil] guaranis, daí eu falei, “não, o preço é 6 [mil]”. E deixei. O cara foi embora, nunca mais veio, levamos a soja para a roça para esparramar, perdemos tudo (Adelino, Santa Rita, 27 jul. 2018).

Como relata o entrevistado, as dificuldades eram imensas, uma vez que era somente na safra de soja que estes conseguiam ter o retorno de todo o investimento financeiro colocado na terra. E seria esse retorno financeiro o responsável pela manutenção econômica da família e de um novo plantio.

Posteriormente, para suprir a necessidade de comercialização da produção aos moldes do modelo já existente no Sul do Brasil, foram surgindo as cooperativas agrícolas que, com o tempo, foram disponibilizando vários serviços para beneficiar seus associados. As cooperativas funcionaram como pontos de apoio para os imigrantes brasileiros associados. Em Naranjal, Ivalino, sócio-fundador da cooperativa Copronar, narrou o surgimento da mesma, no ano de 1991.

Nós sempre tínhamos problemas com esses silos que compravam soja, milho, o que tinha, eles compravam. O problema era quando se pedia um financiamento, eles cobravam muito caro o juro. Aí surgiu entre os pequenos agricultores: “Vamos formar uma cooperativa, vamos formar uma cooperativa!” Aí nós nos entendemos com um paraguaio de Asunción, [...] ele tinha um grande conhecimento de Asunción e se demonstrou um cara muito interessado pelos imigrantes [...]. Fomos fazendo umas reuniões até que foi decidido: vamos fazer uma cooperativa [...]. E entramos num acordo. Cada colono escreveu num caderno os nomes e foi levado isso para Asunción, porque tem que documentar. Começamos a mexer no banco o financiamento, compramos uma área de terra de dois hectares, onde a cooperativa está situada em cima hoje, aí começamos a trabalhar (Ivalino, Naranjal, 27 jul. 2018).

Entre os imigrantes brasileiros no Paraguai, existem vários perfis de agricultores. Na nossa pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de entrevistar pequenos, médios e grandes proprietários, denotando as desigualdades econômicas e de outros recursos entre esses imigrantes, no trabalho em suas propriedades. Alguns atualmente arrendaram as suas terras e vivem nas cidades, o que se dá entre aqueles que permaneceram no Paraguai e aqueles que retornaram ao Brasil.

Há casos, também, em que os colonos conseguiram ampliar as suas propriedades no Paraguai, como a situação de Heitor, natural de Palmitos, SC, hoje residente em San Alberto, que recebeu de seu pai 50 hectares de terras, em Gleba 7, pertencente à Colonizadora Maracaju que, com o tempo, foi ampliando, possuindo aproximadamente 1.700 hectares.

Sobre essa diversidade de perfis de imigrantes brasileiros Wesz (2020, p. 113) aponta que

[...] é importante dizer que a grande heterogeneidade em termos fundiários e econômicos que marcou a chegada dos brasileiros a algumas décadas atrás no Paraguai, está menos presente atualmente, sobretudo nas regiões em que o cultivo da soja está consolidado (Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú).

De forma muito rápida, diante da grande procura de terras, em grande parte, por brasileiros; do fim da destoca, processo totalmente descontrolado pelo Estado paraguaio; da introdução da mecanização, elemento próprio da modernização no campo; e, posteriormente, do surgimento do agronegócio, “modelo agrícola pautado em grande medida na busca excessiva da produção para exportação e no cultivo mecanizado de grandes extensões de terra” nos últimos anos da década de 1990 e começo do século XXI (Baller, 2014, p. 240); as terras paraguaias também foram se valorizando, tornando sua oferta cada vez mais escassa. A fala de Ivete nos dá uma ideia desse processo.

Na nossa época, a nossa geração era mais fácil conseguir terras. Hoje, os meus filhos não conseguem terras, porque é mais difícil e não tem. Tá quase tudo nas mãos dos grandes já. Porque os nossos filhos, para conseguirem dez, 20 hectares, têm que ir longe, têm que ir para o Norte. Então, aquela época era boa. Hoje nós estamos na situação em que o pai dele [esposo] estava lá no Sul, [em que] para os filhos terem uma vida melhor, migraram (Ivete, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Essa escassez de terras nas antigas áreas colonizadas pelos brasileiros fez com que aqueles que queriam ser proprietários de terras como os seus pais, buscassem em outras regiões, terras e mais terras. Desde o final da década de 1990, os colonos que haviam prosperado nas terras do Paraguai, passaram a adquirir novas propriedades em áreas diferentes das originais. Formaram-se, assim, “novos latifúndios - muitas vezes às

custas de colonos paraguaios - em departamentos mais distantes da fronteira com o Brasil, como Caaguazú, Caazapá, San Pedro e Misiones” (Riquelme, 2005, p. 132, tradução nossa⁸). E, atualmente como observado por Wesz (2020, p. 105), “os produtores mais capitalizados avançam para novas regiões, sobretudo o Chaco”.

Para os imigrantes brasileiros, o fato de serem e permanecerem proprietários de terras no Paraguai possibilitou que estes seguissem com a mesma dinâmica presente no Sul brasileiro. Porém, o processo que levou à escassez de terras disponíveis no Brasil se repetiu no país de destino, fazendo com que atualmente muitos filhos desses imigrantes tenham que buscar terras em outros departamentos paraguaios ou migrar para as cidades em busca de trabalho. E no caso de muitos imigrantes, leva à migração de retorno pelas dificuldades de permanecerem no campo como pequenos proprietários.

A migração de retorno de pequenos proprietários de terras

O modelo agrícola adotado no país vizinho é permeado de contradições; pois, de um lado, trouxe crescimento econômico para distritos do Departamento de Alto Paraná, e de outro lado, aumentou a desigualdade econômica e agravou conflitos no campo, sendo responsável direto por inúmeros retornos ao Brasil.

A expansão da frente agrícola que trouxe melhorias para o setor e aos distritos como um todo, também forçou processos de desterritorialização de indígenas e camponeses paraguaios, assim como um novo processo migratório para os brasileiros, seja ele para as cidades, para outros distritos do Paraguai ou de retorno para o Brasil, problema que não é exclusivo deste país:

[...] nas últimas décadas tem-se observado com muita força em todo o continente que a expansão capitalista no campo desloca de suas terras um grande número de camponeses, que não são necessariamente proletarizados ou assalariados pelo sistema econômico, que é incapaz de incorporá-los como força de trabalho numa relação de dependência (Villagra, 2016, p. 29, tradução nossa⁹).

⁸ “novos latifúndios--frecuentemente a expensas de los pobladores paraguayos — em departamentos mais distantes da fronteira com o Brasil, como Caaguazú, Caazapá, San Pedro e Misiones” (Riquelme, 2005, p. 132).

⁹ [...] en las últimas décadas se ha observado con mucha fuerza en todo el continente que la expansión capitalista en el campo desplaza a una gran cantidad de camponeses de sus tierras, quienes no necesariamente son proletarizados o asalariados por el sistema económico, que es incapaz de incorporarlos como fuerza de trabajo en relación de dependência (Villagra, 2016, p. 29).

Quanto aos primeiros brasileiros que entraram no Paraguai e retornaram, segundo Souchaud (2007), o desaparecimento destes pioneiros a desmatarem as terras parece ser algo que faz parte do desenvolvimento. Em distritos do Departamento de Alto Paraná se fala deles sem saudade. Estes simplesmente cederam as suas terras para a agricultura moderna, fundamental para o desenvolvimento da região. Para o autor, tanto no passado como no presente, os nordestinos não são os únicos que sofreram o processo de expulsão, mas também muitos pequenos agricultores procedentes do Sul do Brasil, de origem europeia. “Embora estes últimos tenham contribuído para a introdução da agricultura moderna, ocorre uma seleção econômica, independentemente da origem dos colonos” (Souchaud, 2007, p. 135, tradução nossa¹⁰).

O caso do distrito de Los Cedrales, como nos apontou um entrevistado, revela isso. A colônia teve início nos primeiros anos da década de 1970, com o desmatamento e plantio de menta, atividade que necessitava de grande mão de obra, realizada por famílias numerosas. Porém, na segunda metade da década de 1980, a atividade não era mais rentável e, com a introdução da mecanização, muitos pequenos agricultores perderam espaço, restando algumas famílias donas de mais terras, uma vez que os custos para o plantio eram altos e os pequenos agricultores não tinham acesso aos financiamentos dos bancos. Nesse contexto, por vezes, os pequenos agricultores dependiam de empréstimos com juros altos contraídos junto aos donos dos silos, o que os levou a depender dos seus credores. Diante dessa nova realidade, a migração para a cidade, para outros departamentos paraguaios e principalmente para o Brasil, com o retorno, foram as opções encontradas.

A permanência de pequenos agricultores dentro do processo de mecanização, parte integrante do agronegócio, tornou-se cada vez mais difícil. A fala do entrevistado mostra que com o fim da ditadura (1989), há uma mudança econômica do país com a abertura ao capital externo. E essa mudança é refletida na sua percepção, em seu distrito Santa Rosa del Monday, através das feiras:

Em [19]89 e [19]90, sai a Expo Santa Rosa. O que era a Expo? As firmas daqui [Brasil] foram vender tratores lá [Paraguai], porque o campo de vendas de tratores e máquinas lá é muito! Não parou! A tecnologia chegou lá, mas ela também tirou muita gente da lavoura, inclusive eu. Eu não tive condições de acompanhar isso. Como vou comprar trator com pouca terra? Não tem como! (Jacó, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

¹⁰ “A pesar de que estos últimos hayan contribuido a la introducción de una agricultura moderna, se produce una selección económica, sea cual fuera la procedencia de los colonos” (Souchaud, 2007, p. 135).

A tecnologia, da qual a mecanização é um de seus expoentes, afetou de forma negativa pequenos agricultores e trabalhadores do campo que perderam seus trabalhos e não conseguiram acompanhar as mudanças, levando a um novo processo migratório ou à migração de retorno ao Brasil, como no caso do entrevistado que preferiu arrendar a pequena área que possuía. Nessa situação, a estratégia dos imigrantes brasileiros consiste em ter a sua propriedade fracionada, levando ao surgimento de uma pequena propriedade, pois estes, diante disto, preferem deixar a terra a trabalhar em pequenos espaços agricultáveis (Souchaud, 2007).

Em alguns casos, conforme Ferrari (2009), os “brasiguaios”, quando expulsos das terras, passam a vender sua força de trabalho em médias e grandes propriedades ou na cidade. Estes, mesmo tendo sofrido com os campesinos exógenos e autoridades do Paraguai, não retornaram. “Sua luta pela sobrevivência, é a luta também daqueles repatriados para uma reintegração no Brasil, pois eles sabem como é difícil o retorno, mesmo se as condições fossem melhores do que vivem atualmente no país vizinho” (Ferrari, 2009, p. 131).

Somente uma pequena parcela dos agricultores brasileiros foi se capitalizando e aproveitando as condições favoráveis, buscando terras entre os próprios brasileiros, lançando ofertas, por vezes, de forma insistente e, em muitos casos, como os proprietários não se encontravam em condições favoráveis, acabavam aceitando as propostas. A fala do entrevistado nos ajuda a entender essa dinâmica: “Quem tem dinheiro faz dinheiro, aí o pequeno agricultor, ele sofre, porque é tão acossado, é tão perseguido em ofertas, que acaba vendendo a sua propriedade [...]. Hoje, o próprio brasileiro, o próprio imigrante, ele produz emigração” (Plínio, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

A ideia de o imigrante brasileiro produzir a emigração, em primeiro momento, pode ser percebida. Porém, de fato, não é a nacionalidade, mas o capital é o responsável por essa expulsão do campo. Perante essa lógica, quem tem mais capital, tem mais possibilidades de se manter dentro desse modelo agrícola. O relato também aponta a mudança que a capitalização das relações do campo traz. Se antes havia uma prestação de serviços remunerada entre agricultores que possuíam maquinários com agricultores que não os possuíam por ter uma área pequena e pouco recursos, agora essa lógica não funciona, sendo mais vantajoso o arrendamento de terras para o agricultor mais capitalizado.

A fala de um fazendeiro imigrante brasileiro, em San Alberto, acerca de um período de crise no campo expõe aspectos da realidade de retornos ao Brasil:

Naquela época, não sei o que deu. Quando deu aquela febre, eu vendo, vou embora, eu vendo, vou embora, e muita gente vendeu e foi embora. Foi o ano em que as terras eram dadas, o ano em que eram mais baratas, nos anos [19]90 as terras eram dadas. Porque se tinha 100 brasileiros, 90 queriam ir embora, e quem ficou se deu bem [...]. Nos anos [19]90, as terras aqui não valiam nada, se comprava 25 hectares a troco de espingarda (Heitor, San Alberto, 28 jul. 2018).

No contexto de saída desses imigrantes, podemos considerar várias situações que foram fundamentais para o retorno destes ao Brasil, como: o fim da ditadura no Paraguai, até então, favorável à presença brasileira; o processo de modernização no campo; conflitos entre imigrantes e camponeses paraguaios; irregularidade em torno das documentações pessoais e da propriedade de terras; possibilidade de se conseguir terras no Brasil devido ao processo de redemocratização, entre outros. Ou seja, vários fatores levaram à saída e, conseqüentemente, a uma oferta de terras baratas no Paraguai após esses retornos.

Entretanto, essa crise no campo, como o entrevistado aponta, acabou com o mercado favorável à soja. “Entrou a soja com um preço bom, safra boa, outro comprou, e outro comprou. E hoje, para comprar um pedacinho de terra, não tá fácil, ninguém quer vender. Como hoje, aqui no Paraguai, tá um Paraná da vida, não tem o que tirar!” (Heitor, San Alberto, 28 jul. 2018).

Devido ao agronegócio, em seu modelo neoextrativista de cultivo em grandes extensões de terras com a produção de *commodities*, como a soja, (Svampa, 2019) e a grande concentração de terras nas mãos de alguns poucos, as terras paraguaias tornaram-se altamente valorizadas. Sobre essa valorização, Baller e Mondardo (2019, p. 59) afirmam que a América Latina tem relação com a “*land grabbing*”, ou seja, a corrida ou dominação a nível global de terras. Desse modo, pode-se dizer “que a verticalização de ações corporativas no mercado de terras retrata o processo de deslocamento espacial e setorial de investimento do capital financeiro e agrícola para o mercado de terras”. Assim sendo, os autores constatarem que, na atualidade, a ação de expansão nas terras paraguaias acontece sobre o controle de um grupo reduzido de empresas “que está estruturando-se financeiramente e organizacionalmente para a obtenção de rendimento econômico a partir das práticas de especulação fundiária” (Baller; Mondardo, 2019, p. 59).

Se em um primeiro momento (décadas de 1970, 1980 e 1990) essa área de fronteira internacional atraiu a participação no mercado de terras da região

pelo baixo preço das mesmas, atualmente tem-se observado a elevação substancial delas, tornando-se centro de disputas entre grupos e setores de investimentos ligados ao agronegócio (Baller; Mondardo, 2019, p. 59).

Nesse sentido, os dois fragmentos de entrevistas presentes como epígrafe deste artigo nos revelam duas faces da mesma realidade em territórios distintos, no caso, o alto valor das terras. Se na emigração de brasileiros, nas décadas de 1970 e 1980, o Paraguai era atrativo pela oferta de terras baratas; no contexto atual, devido ao agronegócio, o país deixa de ser opção para trabalhadores do campo e pequenos proprietários de terras pelos custos com plantios e pelo alto valor das terras ainda disponíveis.

Considerações finais

Nesse sentido, conclui-se que a busca por ser ou continuar sendo proprietário de terras, para esses descendentes de imigrantes europeus, é um elemento que os caracteriza como parte de uma cultura familiar. E para alcançar seus objetivos, a migração era uma estratégia utilizada com bastante frequência. Nas décadas de 1970 e 1980, o local que possibilitaria o acesso à terra e a continuação na atividade agrícola era a região Leste do Paraguai.

Ser proprietário de terras no Paraguai impôs para o imigrante, além da abertura de terras agricultáveis, a superação de dificuldades quanto à produção e comercialização dos grãos. Neste caso, muitos imigrantes souberam se organizar e criar cooperativas que prestavam muitos serviços aos seus associados. Entretanto, é importante considerar que esse processo que objetivou a abertura de áreas para a agricultura mecanizada foi exercido sem nenhum controle, trazendo consequências ambientais.

Observa-se como o processo de modernização agrícola levou à saída de muitos do campo em busca de outras fronteiras agrícolas, como no caso estudado no Paraguai, onde havia áreas mais acessíveis economicamente disponíveis à prática agrícola. Essa mesma modernização em solo paraguaio e, com mais intensidade, o agronegócio, levou à elevação do valor da terra, destinada – em sua maior parte – ao cultivo da soja e inviabilizou a permanência de pequenos proprietários de terras no campo. Processo que se caracteriza por ser ainda mais excludente com indígenas, camponeses paraguaios e trabalhadores remunerados do campo, e agressivo com a natureza, através do desmatamento e utilização de agrotóxicos.

THE ACQUISITION OF LAND BY BRAZILIANS IN PARAGUAY AND THE RETURN MIGRATION OF SMALL LAND OWNERS

Abstract: This article aims to discuss the search for land ownership by Brazilians in Paraguay and its consequences until the return migration of small farmers. This is an oral history study, based on interviews carried out from July 2018 to January 2019, in districts of the Department of Alto Paraná in the case of Santa Rita, Naranjal and San Alberto, and border municipalities in Paraná, in the case of Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu and Missal. In this sense, we divided our work into three sections. Firstly, we deal with the search for land ownership among southern immigrants. Next, we cover some of the work on these properties in the early days in Paraguay. Finally, in the third section, we reflect on the factors that influenced return migration. It is concluded that there was, among these immigrants, a generational and cultural element that made them seek to obtain ownership of land for cultivation. Furthermore, if when emigrating to Paraguay, the Brazilian context made it difficult to acquire land due to the high costs, due to modernization in the countryside and the attractive investment in agricultural areas in the Eastern region of Paraguay; In a few decades, the process of modernization and subsequent agribusiness, due to high investment costs, will make it difficult for small farmers to remain in the field.

Keywords: Paraguay; Land ownership; Immigrants.

LA ADQUISICIÓN DE TIERRAS POR PARTE DE BRASILEÑOS EN PARAGUAY Y LA MIGRACIÓN DE RETORNO DE PEQUEÑOS PROPIETARIOS

Resume: Este artículo tiene como objetivo discutir la búsqueda de propiedad de la tierra por parte de brasileños en Paraguay y sus consecuencias hasta la migración de retorno de los pequeños agricultores. Se trata de un estudio de historia oral, basado en entrevistas realizadas entre julio de 2018 y enero de 2019, en distritos del Departamento de Alto Paraná en el caso de Santa Rita, Naranjal y San Alberto, y municipios fronterizos de Paraná, en el caso de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu y Missal. En este sentido, dividimos nuestro trabajo en tres secciones. En primer lugar, nos ocupamos de la búsqueda de propiedad de la tierra entre los inmigrantes del sur. A continuación, analizamos algunos de los trabajos realizados en estas propiedades en los primeros días en Paraguay. Finalmente, en la tercera sección reflexionamos sobre los factores que influyeron en la migración de retorno. Se concluye que existió entre estos inmigrantes un elemento generacional y cultural que los hizo buscar obtener la propiedad de tierras para cultivo. Además, si al emigrar al Paraguay, el contexto brasileño dificultó la adquisición de tierras por los altos costos, por la modernización del campo y las atractivas inversiones en zonas agrícolas de la región Oriental del Paraguay; En unas décadas, el proceso de modernización y posterior agronegocio, debido a los altos costos de inversión, dificultará que los pequeños agricultores permanezcan en el campo.

Palabras clave: Paraguay; Propiedad de la tierra; Inmigrantes.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

BALLER, Leandro. **Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações sociais e**

culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). 2014. 335f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

BALLER, Leandro; MONDARDO, Marcos Leandro. A luta pela terra na fronteira do Paraguai com o Brasil ao longo século XX e início do XXI: migrações, conflitos, brasiguaios e carperos. **Estudios Paraguayos**, v. 37, n. 2, p. 37-67, dez. 2019.

FELIÚ, Fernanda. **Los Brasiguayos II: ¿Bandeirantes modernos?** Asunción: 2017.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica Territorial na(s) Fronteira(s):** um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná, Paraguai. 2009. 216f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

GRAZIANO, José da Silva. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 2002.

GNOATTO, Vanucia; NEUMANN, Rosane Marcia. As trajetórias migratórias dos colonos rio-grandenses no Paraguai (1970-1980). **Revista Acadêmica Licenciatura&acturas**, Ivoti, v. 5, n. 1, p. 72-80, janeiro/junho, 2017.

GNOATTO, Vanucia. **Migrações, Trajetórias, Retornos:** imigrantes brasileiros no Paraguai (1970-2018). 2020. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas:** história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

NEUMANN, Rosane Marcia. A iniciativa privada na colonização do noroeste do Rio Grande do Sul: a Colonizadora Meyer. In: SIDEKUM, Antônio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT Isabel Cristina (Orgs.). **Campos múltiplos:** identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao prof. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia; Oikos, 2008, p. 123 -140.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: Diakonia, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RIQUELME, Marcial. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. In: FOGEL, Ramón.; RIQUELME, Marcial. **Enclave**

sojero, merma de soberanía y pobreza. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005, p. 118-136.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 1, n. 13, p. 87-98, mar. 1996.

SANTOS, Rodrigo dos. **Em busca de um lar:** práticas culturais e representações da família Egert na região de Guarapuava-PR (1949-2016). 2020. 204f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Henrique Manoel. **Fronteiriços:** as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000. 2007. 291f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay.** Asunción: UNFPA/ ADEPO, 2007.

SPRANDEL, Márcia Anita. **Brasiguaios:** conflito e identidade em fronteiras internacionais. 1992. 294f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do extrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Campesino rape:** Apuntes teóricos e históricos sobre el campesinado y la tierra en Paraguay. Asunción: Base; Misereor, 2016.

ZAAR, Miriam Hermi. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos brasiguaios. **Scripta Nova**, v. 88, n. 94, ago. 2001.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Caminhos e Dinâmicas Contemporâneas dos Produtores e Proprietários Rurais de Origem Brasileira no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 90-116, mai.-ago., 2020.

SOBRE A AUTORA

Vanucia Gnoatto é doutora em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF); integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Território e Fronteira (NUTEF) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Enviado em 17/06/2025

Aceito em 04/11/2025